



SENADO APROVA MEDIDAS PARA CORTAR R\$ 15 BI EM GASTOS; PROJETO VAI A SANÇÃO

O Senado aprovou nesta terça-feira (18) e enviou a sanção presidencial um projeto de lei que absorveu medidas para cortar R\$ 15 bilhões em despesas do governo. Trechos da proposta têm origem em uma MP (medida provisória) que não foi aprovada. Mesmo sem a aprovação, à época, o governo insistiu nos termos.

A proposta também possibilita que bens móveis e imóveis tenham os valores atualizados no Imposto de Renda com um pagamento menor de tributo sobre ganho de capital. A análise desta terça-feira no Senado foi a última, porque o pro-

jeto já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados.

O relator, senador Eduardo Braga, recomendou a aprovação do texto na forma como veio da Câmara, com ajustes de redação. A aprovação foi por votação simbólica, ou seja, sem contagem de votos. O arranjo é possível quando há acordo entre as bancadas partidárias. Ao final da deliberação, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que foi possível resgatar trechos da MP porque eles estão de acordo com o que prega a maioria dos senadores em seus discursos sobre contas públicas.

"Eram justamente maté-

rias que foram estabelecidas na MP 1.303 e que iam ao encontro do que senadores e senadoras, deputados e deputadas, falam todas as semanas no Congresso Nacional. Equilíbrio fiscal, ajuste das contas públicas, combate às ilegalidades, combate às fraudes", declarou Alcolumbre.

A estimativa de R\$ 15 bilhões em contenção de gastos se dá por medidas como a limitação de compensação de créditos tributários por empresas e um aperto nas exigências para concessão do seguro-defeso -benefício pago a pescadores em épocas de reprodução de peixes.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Banco Central anuncia liquidação do Master, e PF prende Vorcaro

Turma do STF absolve general e condena 9 por núcleo operacional da trama golpista

Haddad avalia como robusto processo do BC sobre o Banco Master

Economia brasileira cresce 0,1% no terceiro trimestre, estima FGV



Google lança Gemini 3 e já incorpora modelo de IA em seu serviço de busca



NO MUNDO

Polônia acusa Rússia por sabotagem em ferrovia e eleva alerta militar

O primeiro-ministro da Polônia, Donald Tusk, afirmou nesta terça-feira (18) que a Rússia está por trás da sabotagem contra uma linha férrea que liga Varsóvia à fronteira com a Ucrânia, usada por passageiros e para enviar ajuda militar a Kiev.

Falando ao Parlamento em Varsóvia, o premiê disse que a polícia local identificou dois suspeitos da ação como sendo ucranianos que trabalhavam para serviços de inteligência russos, tendo sido condenados "in absentia" por um tribunal de Lviv, no oeste do país vizinho.

Segundo Tusk, ambos fugiram para Belarus, aliada de Moscou e rival da Polônia, após o incidente. O ramal entre a capital polonesa e a cidade de Lublin, de onde partem as remessas por linha férrea para a Ucrânia, foi atingido por um artefato explosivo no domingo (18). Ninguém ficou ferido.



O primeiro-ministro afirmou que determinou a elevação do alerta militar no leste do país, e que as Forças Armadas passarão a fazer a vigilância de ferrovias mais sensíveis.

Moscou ainda não se pronunciou sobre a acusação, que repete outras semelhantes feitas por Varsóvia no passado descartadas pelo Kremlin ora como paranoia, ora como propaganda contra a Rússia. Só no último ano, 55 pessoas foram presas na Polônia acusadas do crime.

"É talvez o mais sério incidente, no que diz respeito à segurança da Polônia, desde a invasão da Ucrânia [em 2022]", afirmou o premiê. Ele não apresentou provas da ligação entre os suspeitos e a Rússia, contudo.

O incidente piora ainda mais a tensão entre o flanco leste da Otan, a aliança militar da qual a Polônia é um dos membros mais belicosos devido à sua posição geográfica exposta e histórico de agressão russa, e o governo de Vladimir Putin.

Igor Gielow/Folhapress

Trump se irrita com pergunta e diz que Epstein era um 'pervertido doente'

Em meio a discussão sobre a liberação dos arquivos de Jeffrey Epstein pela Câmara dos Estados Unidos, Donald Trump falou mais uma vez sobre o caso.

Trump não gostou da pergunta sobre o caso Epstein e chamou o repórter de "péssimo". Isso aconteceu em uma entrevista para jornalistas na Casa Branca, durante visita do príncipe saudita Bin Salman.

Presidente foi questionado sobre o que espera sobre a divulgação dos arquivos de Epstein. Ele se irritou com a pergunta e continuou disparando contra o repórter da ABC News: "Eu acho que você é um repórter péssimo (...) pergunta terrível, pessoa terrível", concluiu.

Republicano se defendeu dizendo não ter relação com o caso. Ele acredita que a

discussão sobre os arquivos de Epstein seja uma "farsa democrática".

"Eu não tenho nada a ver com Jeffrey Epstein. Eu o joguei fora do meu clube há muitos anos, porque eu pensei que ele era um pervertido doente. Mas acho que me acahei certo", disse Donald Trump.

Trump foi ligado a Epstein após seu nome aparecer em e-mails recentemente divulgados. Apesar disso, ele nega ter conexão com os crimes sexuais cometidos.

Folhapress



China sobe tom com Japão e aprofunda crise diplomática, que tem Taiwan como centro

O regime chinês subiu o tom com o Japão nos últimos dias ao dizer que está fora da agenda do premiê Li Qiang um encontro com a primeira-ministra Sanae Takaichi na cúpula do G20, aprofundando a crise diplomática que se arrasta nas últimas duas semanas.

Em entrevista coletiva na sede do Ministério das Relações Exteriores nesta segunda-feira (18), a porta-voz Mao Ning fez a declaração, dizendo ainda que as falas da líder japonesa causam "danos fundamentais" às relações entre os países.

"Instamos o Japão a abordar a história e as

relações com a China de forma responsável, a parar de ultrapassar os limites e de brincar com fogo, a retratar-se das declarações errôneas e a agir seriamente para honrar o compromisso do Japão com a China", afirmou Mao.

O estopim da crise foram as falas feitas por Takaichi em resposta à pergunta de um parlamentar da oposição sobre em que situações ela poderia acionar uma lei que permite ao premiê utilizar as Forças de Auto-defesa do Japão. Na ocasião, Takaichi afirmou que uma tentativa do regime chinês de submeter Taiwan ao seu domínio por meio da força

militar seria um exemplo. Isso porque um ataque a navios de guerra americanos usados para romper um bloqueio chinês poderia exigir que Tóquio se envolvesse para defender os EUA, seu aliado e defensor da soberania da ilha.

Para a China, o envolvimento de países na questão de Taiwan viola a soberania chinesa, uma vez que o país vê o assunto como doméstico. Pequim afirma que a ilha, formalmente chamada de República da China e com presidente democraticamente eleito, é parte de seu território e não descarta utilizar força militar para uma reunificação.

Folhapress



DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Banco Central anuncia liquidação do Master, e PF prende Vorcaro



O Banco Central decretou nesta terça-feira (18) a liquidação do Banco Master, enquanto a Polícia Federal prendeu seu controlador, o banqueiro Daniel Vorcaro, depois de a instituição enfrentar dificuldades financeiras por meses.

"A decretação do regime especial nas instituições foi motivada pela grave crise de liquidez do conglomerado Master e pelo comprometimento significativo da sua situação econômico-financeira, bem como por graves violações às normas que regem a atividade das instituições integrantes do SFN [sistema financeiro nacional]", disse a autoridade monetária em nota.

A liquidação do Banco Master deve representar a maior operação de resgate do FGC (Fundo Garantidor

de Créditos), que precisará honrar R\$ 41 milhões para cerca de 1,6 milhão de credores com depósitos e investimentos elegíveis ao pagamento da garantia. A avaliação é que o caso não traz risco para o sistema financeiro, uma vez que o FGC tem R\$ 122 bilhões em caixa.

O BC também colocou o Banco Master Múltiplo, que integra o conglomerado, sob regime de administração especial temporária por até 120 dias. Apenas o Will Bank foi preservado devido ao interesse de investidores em adquirir o banco digital.

A Operação Compliance Zero, que mirava o Master, envolve uma fraude estimada em R\$ 12 bilhões, de acordo com a PF. Augusto Lima, sócio de Vorcaro, também foi detido.

O banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, foi

preso pela Polícia Federal na noite desta segunda-feira (17), em São Paulo. Segundo integrantes da corporação, havia uma suspeita de que ele poderia deixar o país para evitar a prisão. Ele se preparava para embarcar num voo para o exterior. A operação da PF mirava combater a emissão de títulos de crédito falsos por instituições financeiras.

Os advogados de Vorcaro negam fuga e dizem que banqueiro estava viajando a Dubai para tratar da venda.

O anúncio da liquidação foi feito menos de 24 horas depois de a Fictor Holding Financeira fazer uma proposta para compra da instituição de Daniel Vorcaro e mais de dois meses após a autoridade monetária ter rejeitado a compra do banco pelo BRB (Banco de Brasília).

Folhapress

Bruno Dantas, ministro do TCU, vota por leilão de megaterminal do porto de Santos em duas fases

Bruno Dantas, ministro do TCU (Tribunal de Contas da União), votou pela realização do Tecon 10, o megaterminal do porto de Santos, em duas fases.

Em voto que será apresentado na tarde desta terça-feira (18), ele disse desejar prestigiar "modelagem regulatória proposta pela Antaq que restringe o acesso de determinados proponentes na primeira fase do certame".

Isso significa que ficariam excluídos da primeira rodada armadores que já possuem terminais no porto de Santos. Ficariam fora da disputa algumas das principais empresas do setor, como Maersk, MSC e CMA CGM.

O ministro defende também que caso uma empresa que não seja armadora vença o leilão, deverá se desfazer de outros ativos que tenha no setor, para

evitar concentração de mercado.

"Para os fins desta Declaração de Voto, considero que tais remédios devem ser aptos a mitigar os efeitos nocivos da verticalização associada à concentração horizontal, o que pode ser alcançado mediante o modelo de certame em duas fases, conforme originalmente proposto pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), com recomendação de acréscimo de vedação à participação de agentes que sejam armadores, extensível a seus respectivos grupos econômicos diretos ou indiretos, desde que essa opção seja acompanhada dos instrumentos concorrenciais necessários para viabilizar um desinvestimento seguro e efetivo", diz a conclusão do voto de Dantas, ao qual a Folha de S.Paulo teve acesso.

Folhapress



A informação entre trimestres e meses seguidos é dessazonalizada, isto é, foram excluídas variações sazonais, de forma que seja possível comparar períodos diferentes.

Em termos monetários, a FGV estima o PIB brasileiro no acumulado até o terceiro trimestre em R\$ 9,370 trilhões.

De acordo com a economista Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, o setor de serviços e o consumo das famílias, maiores componentes do PIB, ficaram estagnados, "e os outros componentes pouco contribuíram para um desempenho mais forte da economia".

Ao analisar os dados in-

teranuais – que apresentam menos volatilidade que os períodos imediatamente seguidos – a FGV constata que o consumo das famílias, que vinha crescendo anualmente praticamente acima de 3% desde 2021, apresentou visível desaceleração ao longo de 2025, registrando apenas 0,2% de expansão no terceiro trimestre, comparado ao mesmo período de 2024.

"Apesar do resultado levemente positivo, o consumo de bens apresentou desempenho negativo, tanto em duráveis, como em não duráveis. O consumo de serviços, apesar de positivo, desacelerou significativamente no último trimestre", frisa o estudo.

Bruno Moura/ABR

Economia brasileira cresce 0,1% no terceiro trimestre, estima FGV



A economia brasileira cresceu 0,1% no terceiro trimestre de 2025 em comparação com o segundo trimestre e acumula avanço de 2,5% no período de 12 meses. Especificamente na passagem de agosto para setembro, o comportamento foi estável, ou seja, variação nula.

Os dados fazem parte do Monitor do PIB, estudo mensal elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, divulgado nesta terça-feira (18).

A pesquisa faz estimativas sobre o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), indicador do conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país.

POLÍTICA

Turma do STF absolve general e condena 9 por núcleo operacional da trama golpista



A Primeira Turma do STF condenou, por unanimidade, nesta terça-feira (18) nove réus do chamado núcleo operacional da trama golpista, que envolve militares acusados de atuar na tentativa de golpe de Estado no fim de 2022, no governo Jair Bolsonaro (PL).

Todos os ministros do colegiado se manifestaram nesse sentido: Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia e o presidente do colegiado, Flávio Dino.

Eles defenderam, porém, que dois deles respondam apenas por crimes mais leves, de incitação à animosidade contra as Forças Armadas e associação criminosa. Além disso,

manifestaram-se pela absolvição do general da reserva Estevam Theophilo por falta de provas.

É a primeira vez que Moraes, relator do processo, se posiciona pela absolvição de um réu da trama golpista, assim como Zanin e Cármen.

A Primeira Turma do STF retomou nesta sessão o julgamento dos militares acusados de atuar como o braço operacional da tentativa de golpe.

Esse núcleo é composto por nove militares e um policial federal. A maior parte dos denunciados pela PGR (Procuradoria-Geral da República) é composta por oficiais do Exército com formação em forças especiais, os chamados "kids pretos".

Primeiro a votar, Moraes se manifestou para condenar por cinco crimes Bernardo Romão Correa Neto (coronel da reserva), Fabrício Moreira de Bastos (coronel), Hélio Ferreira Lima (tenente-coronel), Rafael Martins de Oliveira (tenente-coronel), Rodrigo Bezerra de Azevedo (tenente-coronel), Sérgio Ricardo Cavaliere (tenente-coronel da reserva) e Wladimir Matos Soares (policial federal).

Eles são acusados de organização criminosa armada, tentativa de abolição do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, deterioração do patrimônio público e dano ao patrimônio tombado.

Folhapress

PUBLICIDADE LEGAL

Serviços para o Comércio do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 29.341.643/0001-80 - NIRE 35.300.512.162

Edital de Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária de 27 de novembro de 2025 (Virtual)
Prezados(as) Senhores(as), A **Serviços para o Comércio do Brasil S.A.**, com sede no município de Barueri, estado de São Paulo, na Alameda Tocantins, nº 125, 15º andar, bairro Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06455-020 ("Companhia"), neste ato, representada pelo Presidente do Conselho de Administração, nos termos dos Artigos 10 e 11 do Estatuto Social, convoca todos(as) os(as) acionistas com direito de voto para a **Assembleia Geral Extraordinária**, que será realizada no dia **27 de novembro de 2025**, em primeira chamada, às **10:00 horas**, mediante a presença de acionistas que representem a maioria do capital social da Companhia e, se necessário, em segunda chamada, às 10:30 horas, com qualquer número de presentes. A reunião será realizada na modalidade **virtual**, por meio da plataforma ZOOM, acessível pelo seguinte link: <https://us06web.zoom.us/join/HmBDJV4cQ0SjuiH-7S4-SQ>. A Assembleia Geral Extraordinária terá como ordem do dia: I. Exame, deliberação e votação da proposta de orçamento para o exercício de 2026; e II. Exame, deliberação e votação das seguintes propostas de alteração do Estatuto Social da Companhia: a) Alteração do Artigo 1º do Estatuto Social para atualização da denominação social da Companhia, que passará de "Serviços para o Comércio do Brasil S.A." para "SPC Brasil S.A."; e b) Alterações das alíneas (b), (c), (d) e (g) do Parágrafo Primeiro do Artigo 34, referentes: (i) à atualização da sistemática de destinação do lucro líquido do exercício da Companhia; (ii) à reestruturação das reservas estatutárias previstas no Estatuto Social; e (iii) à definição de novos parâmetros e critérios de atualização monetária aplicáveis às referidas reservas. Todos os documentos pertinentes às matérias da ordem do dia encontram-se disponíveis para consulta na sede da Companhia, incluindo a versão consolidada do Estatuto Social, a qual também acompanha a versão eletrônica da publicação deste edital de convocação. Caso o(a) representante legal do(a) acionista esteja impossibilitado(a) de comparecer, a participação na Assembleia Geral Extraordinária ora convocada poderá ocorrer mediante procuração específica, outorgada a advogado ou ao(a) representante legal de outro(a) acionista igualmente convocado(a), nos termos do Artigo 12 do Estatuto Social. Para tanto, deverá ser utilizado o modelo de procuração constante do Anexo Único deste edital, o qual deverá ser apresentado em via original, assinada e com firma reconhecida, ou assinado eletronicamente mediante Certificado Digital, pelo(a) representante legal do(a) acionista, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. As procurações deverão ser entregues até o dia 26 de novembro de 2025, às 16:00 horas, não sendo admitido o recebimento de instrumentos após esse prazo. São Paulo/SP, 19 de novembro de 2025.

Roque Pellizzaro Júnior - Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 22/11/2025)

Ewally Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ nº 00.714.671/0001-14 - NIRE 35.300.490.215

Assembleia Geral Extraordinária. Edital de Convocação. Ficam convocados os acionistas da **Ewally Instituição de Pagamento S.A.**, sociedade anônima com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 2302, 4º andar, conjunto 42, sala 118, Consolação, CEP 01302-001, inscrita no CNPJ sob nº 00.714.671/0001-14 e na JUCESP sob NIRE 35.300.490.215 ("Companhia") na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), no art. 8º, §1º e §2º do Estatuto Social da Companhia e das Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 do acordo de acionistas da Companhia celebrado em 4 de outubro de 2019, conforme aditado, para participar da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia") a ser realizada às **9h00 do dia 25 de novembro de 2025**, em primeira convocação, e às **9h00 do dia 01 de dezembro de 2025**, em segunda convocação, de forma: (i) **presencial**, na sede da Companhia, bem como (ii) **remotamente**, por meio da plataforma eletrônica Google Meet, cujo link de acesso é meet.google.com/skk-vzpq-cud, a fim de apreciar, discutir, examinar e deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Ordem do Dia:** deliberar sobre as seguintes matérias: (i) o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), a valor patrimonial, mediante a emissão de 11.538.461 (onze milhões, quinhentas e trinta e oito mil, quatrocentas e sessenta e uma) novas ações ordinárias, sem valor nominal, passando o capital social dos atuais R\$ 57.239.825,00 (cinquenta e sete milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais) para R\$ 63.239.825,00 (sessenta e três milhões, duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e vinte e cinco reais), dividido em 20.622.824 (vinte milhões, seiscentas e vinte e duas, oitocentas e vinte e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil ("BCB"); (ii) alteração do art. 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o referido aumento do capital social, (iii) tomar ciência e deliberar sobre a alteração do jornal utilizado para as publicações legais da Companhia, nos termos do artigo 289, §3º da Lei das S.A., com a substituição do atual veículo de divulgação utilizado pela Companhia, pelo jornal "Diário Comercial"; e (iv) autorização à administração da Companhia para adotar todas as medidas prévias necessárias ao encerramento das atividades de instituição de pagamento, visando o posterior cancelamento, junto ao BCB, da autorização para funcionamento como instituição de pagamento, sendo que, após a adoção das medidas prévias necessárias, os acionistas deliberarão sobre a apresentação do requerimento de cancelamento de autorização para funcionamento ao BCB, nos termos da regulamentação vigente. São Paulo/SP, 13 de novembro de 2025. **Joamir Parmejani Bisterzo** - Diretor Presidente.

Haddad avalia como robusto processo do BC sobre o Banco Master



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, nesta terça-feira (18), que as investigações sobre o Banco Master devem estar muito robustas para terem levado à prisão do seu proprietário, Daniel Vercaro.

Durante entrevista à imprensa, Haddad evitou comentar sobre a operação da Polícia Federal, mas disse que a pasta está à disposição do Banco Central, que vai lidar com os desdobramentos do caso.

"O Banco Central é órgão regulador do sistema financeiro e eu tenho certeza que, para ter chegado a esse ponto, todo esse processo deve estar muito robusto", disse, ao chegar à sede do Ministério da Fazenda nesta manhã.

Vercaro foi preso pela PF no Aeroporto de Guarulhos,

em São Paulo, enquanto tentava deixar o país. A prisão ocorre no âmbito da Operação Compliance Zero, deflagrada hoje, com o objetivo de combater a emissão de títulos de crédito falsos por instituições financeiras que integram o Sistema Financeiro Nacional.

O BC também comunicou, hoje, a liquidação extrajudicial da Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Imobiliários. A autarquia ainda decretou como indisponíveis os bens de controladores e ex-administradores do grupo.

"Eu penso que o Banco Central vai dando as informações na medida das suas possibilidades, à medida do andamento do processo de liquidação. O que cabe à Fazenda é dar suporte para as consequências desse ato; se houver, nós estamos aqui

prontos para colaborar", afirmou o ministro Haddad.

Com a liquidação da Master Corretora, umas das consequências, por exemplo, é o uso do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para ressarcir os investidores. "É uma coisa que diz respeito ao sistema financeiro como todo, mas aí nós vamos ver os desdobramentos e o impacto disso", acrescentou Haddad. Entidade privada gerida pelos bancos associados, mas regulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), o FGC garante os saldos em conta e os investimentos de pessoas físicas e jurídicas de até R\$ 250 mil para cada instituição financeira, com limite global de até R\$ 1 milhão em quatro anos. O dinheiro é pago aos investidores em caso de quebra ou liquidação da instituição financeira. ABR

TECNOLOGIA

Google lança Gemini 3 e já incorpora modelo de IA em seu serviço de busca

O Google, da Alphabet, lançou nesta terça-feira, 18, a versão mais recente de seu modelo de inteligência artificial, o Gemini, enfatizando que os novos recursos estarão imediatamente disponíveis em diversos produtos lucrativos, como seu mecanismo de busca.

O Gemini 3, lançado 11 meses após a segunda geração do modelo, parece, em teoria, manter o Google na vanguarda da corrida da IA. Durante uma coletiva de imprensa, executivos destacaram a posição de liderança do Gemini 3 em diversos rankings populares do setor que medem o desempenho de modelos de IA.

O presidente-executivo Sundar Pichai descreveu-o como “o nosso modelo mais inteligente”, numa publicação no blog da empresa.

No entanto, a corrida da IA tem se afastado cada vez mais dos benchmarks e se voltado para aplicações lucrativas da tecnologia, enquanto Wall Street busca sinais de uma bolha da IA. As ações da Alphabet, até



o momento, têm se valorizado bastante neste ano, em grande parte devido ao sucesso financeiro das ofertas de IA de sua divisão de computação em nuvem.

Mas mesmo com desenvolvedores líderes como Google, OpenAI e Anthropic por trás, as novas atualizações de modelos de IA têm tido dificuldade em se destacar, atraindo atenção apenas quando falham, como a meta vivenciou no início deste ano.

O Google enfatizou que o Gemini 3, ao contrário das versões anteriores, já estava servindo de base para diversos produtos de consumo e empresariais que geravam receita no momento do lançamento.

“Acreditamos que o Gemini estabeleceu um novo ritmo, tanto no lançamento dos modelos quanto na disponibilização deles para as pessoas mais rapidamente do que nunca”, disse Koray Kavukcuoglu, arquiteto-chefe de IA do Google, a jornalistas durante a coletiva de imprensa.

Pichai afirmou que o lançamento do Gemini 3 marcou a primeira vez que o Google incorporou seu novo modelo ao seu mecanismo de busca desde o primeiro dia. No passado, novas versões do Gemini levavam semanas ou meses para serem integradas aos produtos mais utilizados do Google.

IstoÉDinheiro

FGC se torna aplicativo mais baixado do Brasil após liquidação do Banco Master

O aplicativo do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) se tornou o mais baixado da loja de aplicativos da Apple nesta terça-feira, 18, após a liquidação extrajudicial do Banco Master, que vendeu bilhões em CDBs para investidores pessoa física.

Conforme previsto pela normativa, aportes individuais de até R\$ 250 mil nos CDBs do Banco Master serão cobertos integralmente pelo FGC. Acima disso, receberão no máximo o teto de R\$ 1 milhão.

Para solicitar o ressarcimento do investimento após a liquidação do Banco Master, os investidores devem instalar o aplicativo do FGC e solicitar o pagamento de garantia.

Com a escalada da popularidade do app, o ChatGPT e o Gemini foram desbancados na loja de aplicativos para iPhones e iPads, apesar de a plataforma não detalhar quantos

downloads foram feitos.

Na Google Play Store o FGC não aparece entre os aplicativos com maior volume de downloads.

Em outubro, a plataforma de IA teve mais de 70 milhões de downloads, ao passo que o FGC tinha menos de 5 mil downloads no mês em questão.

O fundo informou nesta terça, 18, que as três instituições financeiras liquidadas pelo Banco Central (BC) – Master, Master de Investimentos e Letsbank – somam uma base total de cerca de 1,6 milhão de credores, que então direito a ressarcimentos de seus depósitos.

Os depósitos que possuem garantias do fundo, somados, são da cifra de R\$ 41 bilhões.

“O pagamento da garantia pelo FGC será realizado após o envio da base (de clientes) pelo Liquidante (responsável legal indicado pelo Banco Central)”, diz a instituição.

IstoÉDinheiro

Nvidia, Microsoft e Anthropic firmam parceria de cerca de US\$ 45 bilhões em IA

Anthropic afirmou que pretende adquirir ao menos US\$ 30 bilhões em capacidade de computação da Microsoft Azure para expandir e treinar o modelo Claude. Paralelamente, Nvidia e Anthropic fecharam uma parceria para otimizar a tecnologia da fabricante de chips à plataforma do modelo, segundo comunicado das três empresas nesta terça-feira, 18. A Nvidia disse que investirá até US\$ 10 bilhões na Anthropic, enquanto a Microsoft se comprometeu com até US\$ 5 bilhões.

A startup também acordou a compra de 1 gigawatt em poder computacional

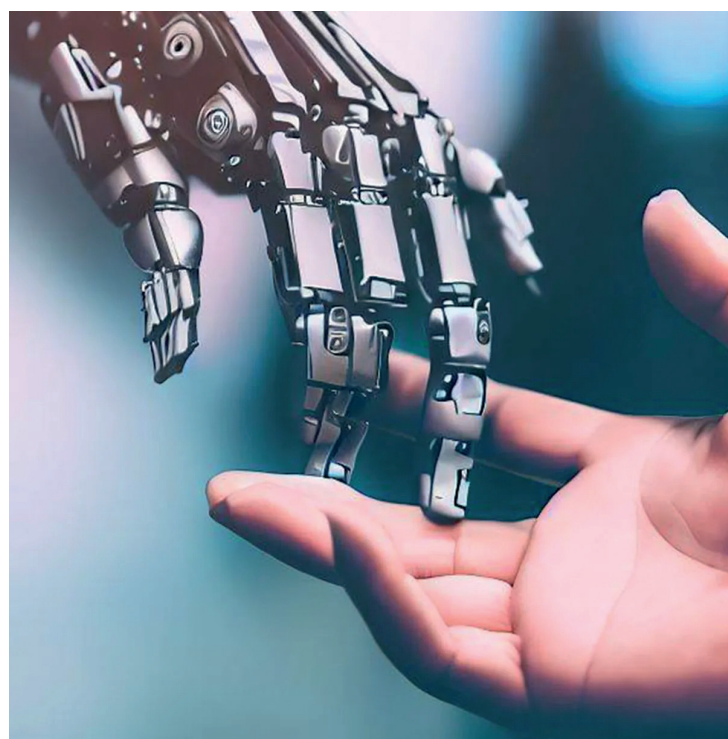
dos sistemas Grace Blackwell e Vera Rubin, da Nvidia. “Seremos cada vez mais clientes uns dos outros”, afirmou o CEO da Microsoft, Satya Nadella, em vídeo ao lado do CEO da Anthropic, Dario Amodei, e do chefe da Nvidia, Jensen Huang. Segundo Huang, “esta parceria entre nós três será capaz de levar a IA – levar o Claude – a toda empresa, a toda indústria ao redor do mundo”.

As companhias acrescentaram que a Anthropic comprará inicialmente US\$ 30 bilhões em computação da Microsoft e contratará mais 1 gigawatt em capacidade. Em troca, a Microsoft dará acesso aos modelos

avançados do Claude para usuários do Copilot e clientes da Azure AI Foundry.

Nadella afirmou que o acordo se apoia na participação de cerca de US\$ 135 bilhões que a Microsoft detém na OpenAI, ampliando a oferta aos clientes. Huang classificou a parceria como “um sonho que se tornou realidade para nós”. Ele disse a Amodei: “Agora o seu negócio está em um foguete”, acrescentando esperar “um aumento de velocidade de uma ordem de magnitude”, o que ajudaria a Anthropic a escalar mais rapidamente, reduzir custos por token e disseminar IA de forma mais ampla.

IstoÉDinheiro



PUBLICIDADE LEGAL

H1 Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 05.949.384/0001-07 – NIRE 35.300.416.031

Ata de Assembléia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: Aos 18/08/2025, às 10:00, **excepcionalmente** na Rua Vilela, nº 665, 2º andar, Tatuapé, São Paulo-SP. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** Dispensada. **Mesa:** **Presidente:** Marco Antonio Melro; **Secretária:** Sandra Gaspar Vasconcellos Melro. **6. Deliberações da Ordem do Dia aprovadas:** **6.1.** Aprovam os acionistas a matéria descrita no **item (i) da Ordem do Dia**, em sua integralidade, outorgando à administração da **Floema** a autorização para: **(a)** aprovar a negociação correspondente à compra e venda do imóvel descrito e caracterizado na matrícula nº 100.565 do 9º Registro de Imóveis de São Paulo-SP; e **(b)** assinar os instrumentos necessários à concretização da compra e venda do imóvel mencionado no item "b" acima, tais como, mas não se limitando, o instrumento de promessa de venda e compra, escritura definitiva de venda e compra, escritura de emissão cédula de crédito imobiliário, contrato de cessão de recebíveis oriundos da venda e compra, procurações, declarações, aditamentos aos referidos instrumentos e todo e qualquer documento adicional que seja necessário no âmbito da venda e compra do imóvel mencionado. **6.2.** Os acionistas aprovam, por unanimidade, a alteração da sede da **Companhia**, passando o **Art. 2º** do Estatuto Social a vigorar com a seguinte redação: **"Art. 2º.** A Sociedade tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo-SP, na Rua Vilela, nº 665, Tatuapé, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer parte do território nacional ou no exterior". **6.3.** Aprovam os acionistas a reeleição para os cargos de diretores da **Companhia**, conforme termo de posse e declaração de desimpedimento que segue na forma de **Anexo I** à presente: **(a)** para o cargo de **Diretor Presidente**, reelegem o Sr. **Marco Antonio Melro**, RG nº 8.733.602-9-SSP/SP, CPF/MF nº 036.100.078-26; e **(b)** para o cargo de **Diretora Vice-Presidente**, reelegem a Sra. **Sandra Gaspar Vasconcellos Melro**, RG nº 10.544.477-7-SSP/SP, CPF/MF nº 037.802.238-56, os quais exercerão seus mandatos pelo prazo de **2 anos**, permitida a reeleição e, vencido o prazo de gestão, permanecerão os diretores ora eleitos empossados nos cargos e investidos de poderes necessários à administração da **Companhia** até que seja eleita nova diretoria ou reeleitos os diretores nos termos da legislação em vigor. **6.3.1.** Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **6.4.** Os acionistas resolvem, ainda, ratificar todas as demais disposições do Estatuto Social que não foram expressamente retificadas por este instrumento e, ato contínuo, aprovam a reforma e consolidação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais. Estatuto Social. **Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Prazo. Art. 1º.** A **"H1 Empreendimento e Participações S.A."** é uma sociedade por ações, regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º.** A Sociedade tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo-SP, na Rua Vilela, nº 665, Tatuapé, CEP 03314-000, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Art. 3º.** A Sociedade tem por objeto social a incorporação, construção civil, por empreitada, por administração, por conta própria ou de terceiros, participações em empreendimentos imobiliários e em empresas, quer como quotista ou acionista. **Art. 4º.** A Sociedade terá prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Art. 5º.** O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 6.705.905,12, representado por 283.688 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **§ 2º.** As ações são nominativas e a sua propriedade será presumida pela anotação nos livros sociais competentes. **Art. 6º.** Os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para a subscrição dos aumentos de capital da Sociedade, nos termos da legislação em vigor. **Capítulo III – Da Administração. Art. 7º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 2 e no máximo 03 membros, pessoas naturais, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente e um Diretor Administrativo e Financeiro, cujo prazo de mandato será de 2 anos, permitida a reeleição. **§ 1º.** A Diretoria é o órgão de representação da Sociedade. **§ 2º.** É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou funcionário da Sociedade que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhas ao objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará o infrator deste dispositivo. **§ 3º.** Findo o mandato, os Diretores perman-

cerão em seus cargos até a investidura de seus sucessores. Os Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse no livro respectivo prestando as informações exigidas por lei, independentemente de caução. **Art. 8º.** A remuneração dos membros da Diretoria, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor de seus serviços no mercado serão fixados anualmente pela Assembleia Geral. **Art. 9º.** No caso de ausência ou incapacidade temporária de qualquer Diretor, este deverá ser substituído interinamente por substituto designado pela Diretoria. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, o Diretor deverá ser substituído por substituto designado pela Diretoria, até o preenchimento do cargo pela primeira Assembleia Geral que vier a ser realizada, devendo o Diretor substituído completar o mandato do Diretor substituído. **Art. 10º.** A Diretoria é o órgão executivo da Sociedade, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular desta, tendo poderes para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins sociais, exceto aqueles que por Lei ou pelo presente Estatuto Social dependam de prévia aprovação da Assembleia Geral. **Art. 11º.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem por convocação do Diretor Presidente, por escrito, com antecedência mínima de 48 horas, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário. **§ único.** As reuniões da Diretoria realizar-se-ão na sede social e, das mesmas serão lavraráo atas, no competente livro de Registro de Atas de Reunião da Diretoria. As deliberações serão aprovadas por maioria de votos dos Diretores. **Art. 12º.** Compete fundamentalmente ao Diretor Presidente, além das demais atribuições fixadas em lei e neste Estatuto Social: (a) zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social; (b) coordenar o andamento das atividades normais da Sociedade, incluindo a implementação das diretrizes e o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleia Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; e (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgarem úteis ou necessários. **§ 1º.** Os atos e operações de administração dos negócios sociais que importem responsabilidade ou obrigação para a Sociedade ou que a exponere de obrigações para com terceiros, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos, incluindo o uso do nome empresarial, incumbirão e serão obrigatoriamente praticados: (a) pelo Diretor Presidente assinando isoladamente; (b) por 2 Diretores indistintamente, assinando em conjunto, ou (b) por um Diretor em conjunto com um procurador; ou (c) por um procurador desde que investido de especiais e expressos poderes. **§ 2º.** A representação da Sociedade em juízo ou perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais competirá a qualquer dos Diretores, individualmente, ou a um ou mais procuradores, legalmente constituídos e com poderes específicos. **§ 3º.** As procurações em nome da Sociedade serão outorgadas pelo Diretor Presidente ou por 2 Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado a, no máximo, 01 ano. **Art. 13º.** Sem prejuízo das demais atribuições da Diretoria fixadas pelo presente Estatuto Social e em lei, compete, especialmente: (a) ao Diretor Presidente, presidir as reuniões de Diretoria, determinar metas e diretrizes operacionais, planejar, supervisionar, coordenar, dirigir e administrar todas as atividades da Sociedade, exercendo funções decisórias e executivas, inclusive aquelas inerentes aos demais diretores, enquanto estes não forem eleitos e empossados; (b) ao Diretor Vice-Presidente, planejar, organizar e dirigir as atividades da Sociedade, bem como fixar política de ação, mediante a elaboração de planos, programas e projetos específicos, tendo por base metas e diretrizes traçadas pelo Diretor Presidente, auxiliar o Diretor Presidente em suas atribuições e substituí-lo em suas ausências e impedimentos; e (c) ao Diretor Administrativo e Financeiro, planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades das áreas administrativas relacionadas a serviços gerais da Sociedade, tais como suprimentos, recursos humanos e segurança. **Capítulo IV – Das Assembleias Gerais. Art. 14º.** A Assembleia Geral compete as atribuições que lhe são conferidas por Lei e pelo presente Estatuto Social. **Art. 15º.** As Assembleias Gerais realizar-se-ão, ordinariamente, no prazo e forma da Lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo permitida a realização simultânea de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. **Art. 16º.** As Assembleias Gerais serão convocadas e instaladas em observância às disposições legais aplicáveis. As deliberações, exceto nos casos previstos em Lei ou neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Sociedade, serão tomadas pelos votos de acionistas representando a maioria absoluta do capital social total. **§ 1º.** As Assembleias Gerais serão instaladas e presi-

didas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor Vice-Presidente, ou, na ausência de ambos, por acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia caberá a escolha de um secretário. **§ 2º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, nos termos da Lei, com poderes específicos, devendo a procuração ficar arquivada na sede da Sociedade. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Art. 17º.** A Sociedade terá um Conselho Fiscal, não permanente, que somente será instalado quando solicitado por acionistas, na forma prescrita em lei. **§ 1º.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto por 3 Conselheiros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, observada a qualificação e demais requisitos estabelecidos em lei, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária subsequente à sua instalação. **§ 2º.** Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse lavrado no respectivo livro de registro de atas das Reuniões do Conselho Fiscal. **§ 3º.** O funcionamento, a competência, os deveres e as responsabilidades dos Conselheiros obedecerão ao disposto na legislação em vigor. **§ 4º.** Quando em funcionamento, os membros efetivos do Conselho Fiscal farão jus aos honorários fixados pela Assembleia Geral, respeitado o limite legal. **Capítulo VI – Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados. Art. 18º.** O exercício social inicia-se em 1º janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 19.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas pela Lei, as quais, em conjunto, deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Sociedade e as mutações ocorridas no exercício. **§ único.** A Diretoria poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou referentes a períodos inferiores, observadas as disposições legais. **Art. 20º.** Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Art. 21º.** O lucro líquido do exercício, definido no art. 191, da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: (a) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (b) a parcela correspondente à constituição de reserva de contingências; (c) 1%, no mínimo, serão destinados ao pagamento do dividendo anual obrigatório aos acionistas, apurado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76; e (d) o lucro que não for destinado na forma dos artigos 193 a 197 da Lei nº 6.404/76, terá destinação determinada pela Assembleia Geral. **Art. 22º.** O montante dos dividendos será colocado à disposição dos acionistas no prazo máximo de 60 dias a contar da data em que forem atribuídos. **§ único.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Sociedade. **Art. 23º.** Nos termos do art. 204 da Lei nº 6.404/76, a Diretoria poderá (i) levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesse balanço; e (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral. **Art. 24.** Por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser pagos ou creditados aos acionistas juros a título de remuneração sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei, com base em balanços anuais ou intermediários, nos termos do art. 9º da Lei nº 9.249 de 26/12/1995, cujo montante poderá ser imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, nos termos da legislação pertinente. **Capítulo VII – Da Transformação. Art. 25.** A Sociedade poderá ser transformada de um tipo em outro, conforme o disposto no art. 220 da Lei nº 6.404/76, mediante deliberação de acionistas representando a maioria do capital social. **Capítulo VIII – Da Dissolução e da Liquidação. Art. 26.** A Sociedade será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em Lei. **Capítulo IX – Disposições Gerais. Art. 27.** A Sociedade observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas, devidamente arquivado na sede social que por preferência em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido Acordo, sendo também expressamente vedado à Sociedade aceitar e proceder à transferência de ações e/ou a oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em Acordo de Acionistas. **Art. 28.** Os casos omissos ou duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes.

Aptiv Brazil Ltda.

CNPJ nº 60.948.351/0001-50

Absorção de Acervo Cindido - Extrato 2ª Alteração do Contrato Social

Cyprium Holdings Luxembourg S.À R.L. (CNPJ nº 11.212.523/0001-18) e **Aptiv Global Holdings GMBH** (CNPJ nº 11.212.524/0001-62), únicas sócias da **Aptiv Brazil Ltda.** ("Sociedade"). **1.1.** Decidem as sócias, por unanimidade: **i.** Aprovar os termos e condições constantes do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da **Aptiv Manufatura e Serviços de Distribuição Ltda.** (CNPJ 00.857.758/0001-40), com a consequente incorporação do acervo cindido pela Sociedade. **ii.** Ratificar a nomeação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (CNPJ 61.366.936/0001-25) como avaliadora do acervo cindido da Aptiv Manufatura. **iii.** Aprovar o laudo de avaliação com base no valor patrimonial contábil verificado em balanço da Aptiv Manufatura levantado em 30/09/2025. **iv.** Aprovar a versão do acervo cindido da Aptiv Manufatura para a Sociedade. **a.** dentro do acervo cindido absorvido pela Sociedade está o imóvel industrial situado na Rua Vereador Rodolpho Alberto Wisting, nº 34, e respectivo terreno, situado no perímetro urbano, no município de Jambeiro/SP, objeto da matrícula 22.820 no Registro de Imóveis de Caçapava/SP. **1.2.** Em razão da absorção do acervo cindido da Aptiv Manufatura o capital social da Sociedade, que foi totalmente integralizado em moeda corrente nacional em 14/07/2025, será aumentado em montante equivalente ao valor do acervo cindido constante no Anexo II (R\$ 151.768.542,80), desconsiderando os centavos que não atinge o valor de uma quota (R\$ 0,80). Assim, o capital social é majorado em R\$ 151.768.542,00, passando o capital da Sociedade para R\$ 151.769.542,00. **1.3.** As novas quotas são totalmente subscritas neste ato pelas sócias da Aptiv Manufatura, que também são sócias da Sociedade, na proporção da participação que cada uma detém no capital social da Aptiv Manufatura, e integralizadas mediante a incorporação do acervo cindido da Aptiv Manufatura, conforme listado no Laudo de Avaliação. **1.4.** Em vista do exposto, as sócias decidem alterar a Cláusula 3ª do contrato social da Sociedade. **1.5.** A Sociedade sucederá a Aptiv Manufatura nos direitos e obrigações que compõem o acervo cindido. E a Sociedade responde apenas pelas obrigações a ela transferidas, sem solidariedade com a Aptiv Manufatura. **1.6.** Autorizar os administradores da Sociedade a praticarem os atos para implementação da transação. Nada mais. SP, 01/11/25. JUCESP em 07/11/2025, nº 390.096/25-8. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Aptiv Manufatura e Serviços de Distribuição Ltda.

CNPJ nº 00.857.758/0001-40

Cisão Parcial - Extrato da 62ª Alteração do Contrato Social

Cyprium Holdings Luxembourg S.À R.L. (CNPJ 11.212.523/0001-18) e **Aptiv Global Holdings GMBH** (CNPJ 11.212.524/0001-62), únicas sócias da **Aptiv Manufatura e Serviços de Distribuição Ltda.** ("Sociedade"). **1.1** Decidem as sócias, por unanimidade: **i.** Aprovar os termos e condições constantes do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Sociedade, com a consequente incorporação do acervo cindido pela **Aptiv Brazil Ltda.** (CNPJ 60.948.351/0001-50). **ii.** Ratificar a nomeação da Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. (CNPJ 61.366.936/0001-25) como avaliadora do acervo cindido. **iii.** Aprovar o laudo de avaliação com base no valor patrimonial contábil em 30/09/2025. **iv.** Aprovar a cisão da Sociedade com a versão para a Aptiv Brazil do acervo cindido. **1.2.** Em decorrência da cisão parcial, de acordo com os termos e condições do Protocolo e Justificação, as sócias aprovam a redução do capital social da Sociedade no montante equivalente ao valor do acervo cindido (R\$ 151.768.542,80), desconsiderando os centavos que não atinge o valor de uma quota (R\$ 0,80). Assim, o capital social é reduzido em R\$ 151.768.542,00, mediante o cancelamento de 151.768.542 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. O capital social passa de R\$ 254.719.446,00 para R\$ 102.950.904,00. **1.3.** Em vista do exposto, as sócias decidem alterar o caput da Cláusula Terceira do contrato social da Sociedade. **1.4.** Ainda, em decorrência da cisão parcial, será encerrada a filial localizada em Jambeiro/SP (CNPJ 00.857.758/0007-36). **1.5.** Em vista do exposto, as sócias decidem alterar a Cláusula Primeira do contrato social da Sociedade. **1.6.** Os sócios reconhecem que a Aptiv Brazil sucederá a Sociedade nos direitos e obrigações que compõem o acervo cindido. E a Aptiv Brazil responde apenas pelas obrigações a ela transferidas, sem solidariedade com a Sociedade. **1.7.** Autorizar os administradores a praticarem os atos necessários à implementação da cisão. Nada mais. São Paulo, 01/11/2025. JUCESP em 07/11/2025 nº 390.095/25-4. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Claranet Technology S.A.

CNPJ/MF nº 68.400.225/0001-79 – NIRE 35.300.378.466

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de outubro de 2025

Data, Hora e Local: Em 31/10/2025, às 10h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensadas as publicações legais de convocação, em razão da presença da acionista representando 100% do capital social. **Mesa:** **Presidente:** Antônio Miguel Caetano Ferreira; **Secretário:** Daniel Nascimento Galante. **Ordem do Dia:** (1) a tomada das contas da administração, as demonstrações financeiras e os demais documentos da Companhia relativos ao exercício encerrado em 30/06/2025; (2) a destinação do resultado da Companhia auferido no exercício encerrado em 30/06/2025; e (3) a autorização dos administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das matérias a serem deliberadas. **Deliberações:** Foram aprovadas na sua íntegra: (1) Aprovar as contas da administração, as demonstrações financeiras e os demais documentos da Companhia relativos ao exercício encerrado em 30/06/2025. (2) Aprovar a destinação do resultado da Companhia auferido no exercício encerrado em 30/06/2025, que apurou um prejuízo de R\$ 4.601.000,00, para a conta de prejuízos acumulados da Companhia, não havendo lucros a serem distribuídos à acionista. (3) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações aprovadas. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foram os trabalhos suspensos para a lavratura desta ata. Barueri, 31/10/2025. **Mesa: Antônio Miguel Caetano Ferreira** – Presidente; **Daniel Nascimento Galante** – Secretário. **Acionista: Claranet Group Limited** (p.p Antônio Miguel Caetano Ferreira). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 933.911/25-1 em 13/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Estok Comércio e Representações S.A.

CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.300.446.666

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da **Estok Comércio e Representações S.A. ("Companhia")** para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("**Assembleia**"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 27 de novembro de 2025, às 10:00 horas, **de modo exclusivamente digital**, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, parágrafo 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das S.A.**") e da Seção VIII do Capítulo II do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("**IN DREI 81**"), por meio da plataforma digital "**Microsoft Teams**" ("**Plataforma Digital**"), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Informações e Instruções Gerais:** Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão solicitar a sua habilitação para participação através do e-mail ri@mobly.com.br, mediante a apresentação das informações e documentos listados abaixo, **em até 30 (trinta) minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos ("Habilitação")**. A solicitação de Habilitação necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e/ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia: (a) caso aplicável, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei; e (b) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) para acionista pessoa física: cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) para acionista pessoa jurídica: cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade do representante legal do acionista ou do procurador do acionista, conforme o caso; e (3) para acionista fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento ou do seu procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por seu representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar a Habilitação com seus respectivos dados, por meio do e-mail ri@mobly.com.br. Por ocasião da realização da Habilitação, o representante legal ou procurador deverá indicar cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Nos termos da IN DREI 81, a Companhia informa que a Assembleia será integralmente gravada, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas (ou seus representantes legais ou procuradores, conforme o caso) que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. Válida a sua condição e a regularidade dos documentos apresentados, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** Os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e poderão ser enviados aos acionistas que os solicitarem por intermédio do e-mail ri@mobly.com.br. São Paulo, 19 de novembro de 2025. **Marcelo Rodrigues Marques** – Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 22/11/2025)

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494/031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2025

Data, Hora e Local: 29/10/2025, às 8 horas, na sede social da Cia. **Presença:** Presentes os acionistas da Cia. representando mais de 2/3 do capital social votante, conforme assinaturas constantes da Lista de Presença de Acionistas arquivada em livro próprio na sede da Cia. e constante na presente ata como Anexo I. **Convocação:** Edital de Convocação publicado no jornal "Data Mercantil", nas versões impressa e eletrônica, nos dias 21, 22 e 23/10/2025. **Mesa:** Presidente: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro; Secretário: Sandro Morais Nogueira. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (i) a participação da Cia. como garantidora solidária, autorizando-a a assumir, de forma irrevogável e irretroatável, a condição de fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com as demais Garantidoras (conforme definido na Fiança), por todas as obrigações a serem assumidas pela Devedora, pela CBC Global Ammunition LLC, pela CBC Ammo LLC e pela Magtech Ammunition Company Inc., todas sociedades integrantes do seu grupo econômico, no âmbito do "Credit Agreement", a ser celebrado, entre outros, pela Devedora e um Sindicato de Bancos, no valor de até USD 325.000.000,00 ("Contrato de Empréstimo" e "Empréstimo", respectivamente), bem como no âmbito de quaisquer outros instrumentos a serem celebrados no contexto do Empréstimo, incluindo, sem limitação, contratos de garantia, garantias corporativas, notas promissórias e cartas de remuneração ("Fiança"); (ii) a autorização para a Diretoria Executiva da Cia. adotar todas as providências necessárias relacionadas a implementação das deliberações acima, incluindo, sem limitação, negociar, aprovar, celebrar e assinar a (a) carta de fiança que instrumentalizará a Fiança, (b) o Contrato de Empréstimo, na qualidade exclusiva de garantidora, e (c) quaisquer outros documentos correlatos, bem como eventuais aditamentos, certificados, notificações ou instrumentos relacionados; e (iii) a ratificação de todos os atos já praticados por administradores ou representantes da Cia. em conexão com as matérias acima, para todos os fins de direito. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia. Ribeirão Pires, 29/10/2025. **Mesa: Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Presidente; **Sandro Morais Nogueira** – Secretário. JUCESP nº 394.252/25-1 em 17/11/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Cotação das Moedas



Coroa (Suécia) - 0,5621

Dólar (EUA) - 5,3361

Franco (Suíça) - 6,6835

Iene (Japão) - 0,03437

Libra (Inglaterra) -

7,0148

Peso (Argentina) -

0,003847

Peso (Chile) - 0,005719

Peso (México) - 0,2901

Peso (Uruguai) - 0,134

Yuan (China) - 0,7508

Rublo (Rússia) -

0,06592

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,1808

PUBLICIDADE LEGAL

Campen Investimentos e Participações S.A.																				
CNPJ nº 20.701.144/0001-82																				
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.																				
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/																				
DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)																				
BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO															
Ativo	Controladora		Consolidado		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros a disposição da assembleia	Patrimônio líquido		Participação de não controladores	Total						
	2024	2023	2024	2023							atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores								
Circulante	878	3.562	802.712	575.121	33.080	5.761	6.616	(8.393)	33.080	10.029	80.173	279.307	359.480							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	509.340	343.470	-	-	-	-	32.675	-	32.675	132.053	164.728							
Contas a receber de clientes	-	-	418.520	303.801	-	-	-	-	(4.311)	(10.029)	(14.340)	(7.318)	(21.658)							
Estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.351	4.351						
Impostos a recuperar	2.110	1.287	91.105	74.813	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	24.493	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-						
Outros ativos	3.626	1.464	83.174	62.689	-	-	-	-	(4.939)	-	(4.939)	(22.916)	(27.855)							
Total do ativo circulante	6.614	6.313	1.904.851	1.384.387	-	575	-	-	-	-	575	2.121	2.696							
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.865)	(2.865)						
Depósitos judiciais	-	-	1.353	565	-	-	-	-	-	-	-	-	(673)	(673)						
Impostos a recuperar	-	-	6.004	5.379	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-						
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	73.577	1.059	-	-	-	-	-	-	-	-	3.945	3.945						
Instrumento financeiro derivativos	-	-	-	44.335	33.080	6.336	6.616	(8.393)	56.505	-	94.144	388.005	482.149							
Outros ativos	-	-	75.990	65.148	-	-	-	-	(8.614)	-	(8.614)	(33.627)	(42.241)							
Investimentos	81.665	92.769	21.462	16.174	-	-	-	-	(3.900)	-	(3.900)	-	(3.900)							
Imobilizado	-	-	752.335	684.488	-	-	-	-	(5.793)	-	(5.793)	(22.587)	(28.380)							
Intangível	-	-	102.146	106.287	-	1.902	-	-	-	-	1.902	(13)	1.889							
Total do ativo não circulante	81.665	92.769	1.032.867	923.435	-	-	-	-	-	-	-	8.349	8.349							
Total do ativo	88.279	99.082	2.937.718	2.307.822	-	-	-	-	-	-	-	129	129							
Passivo	Controladora		Consolidado		-	-	-	-	-	-	-	(129)	(129)							
Circulante	2024	2023	2024	2023	-	-	-	-	-	-	-	(75)	(75)							
Fornecedores	5	7	321.213	186.467	33.080	8.238	6.616	(8.393)	38.198	-	77.739	340.052	417.791							
Empréstimos e financiamentos	-	-	507.593	388.653	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS									DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO						
Salários, encargos sociais e participações nos lucros e resultados	-	-	62.169	47.596	Controladora				Consolidado				Controladora				Consolidado			
Impostos e contribuições a recolher	197	164	39.480	26.810	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Dividendos e juros sobre capital próprio	10.318	4.748	27.010	10.483	(480)	4.766	2.145.947	1.930.650	(8.614)	35.417	(72.353)	196.567								
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	6.920	-	-	-	(1.363.599)	(1.279.532)	-	-	-	86.426	65.049							
Passivos de arrendamentos	-	-	5.016	4.749	(480)	4.766	782.348	651.118	-	-	-	-	-							
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	6.451	3.118	-	-	(158.902)	(169.129)	-	-	-	14.437	11.261							
Outros passivos	-	-	144.788	120.603	(490)	(334)	(273.927)	(238.461)	-	-	-	1.976	1.541							
Total do passivo circulante	10.520	4.919	1.120.640	788.479	-	-	(80.098)	(13.197)	-	-	-	-	-							
Não circulante	-	-	-	-	(7.816)	30.712	(699)	(1.486)	-	-	-	9.226	998							
Empréstimos e financiamentos	-	-	1.185.441	889.132	(8.786)	35.144	268.722	228.845	-	-	-	4.385	1.534							
Empréstimo e mútuo	20	19	20	19	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Provisões para contingências	-	-	5.285	21.170	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Participações nos lucros e resultados	-	-	8.425	6.838	172	500	38.217	34.553	-	-	-	(15.385)	9.523							
IRPJ diferido passivo	-	-	-	16.026	-	(227)	(155.870)	(183.363)	-	-	-	-	-							
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	(223.423)	116.532	-	-	-	6.413	(741)							
Passivos de arrendamentos	-	-	-	-	172	273	(341.076)	(32.278)	-	-	-	35.929	9.912							
Obrigações na aquisição de investimentos	-	-	-	-	(8.614)	35.417	(72.354)	196.567	-	-	-	-	393							
Outros passivos	-	-	-	-	-	(2.742)	30.113	(31.839)	-	-	-	-	-							
Total do passivo não circulante	20	19	1.399.287	1.037.194	(8.614)	32.675	(42.241)	164.728	7.816	(30.712)	700	1.486								
Patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Capital social	33.080	33.080	33.080	33.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Ajustes de avaliação patrimonial	8.238	6.336	8.238	6.336	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Reserva legal	6.616	6.616	6.616	6.616	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Reservas de capital	(8.393)	(8.393)	(8.393)	(8.393)	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Reservas de lucros	38.198	56.505	38.198	56.505	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	77.739	94.144	77.739	94.144	-	-	-	-	-	-	-	-	-							
Participação de não controladores	-	-	340.052	388.005	-	-	10.268	3.276	-	-	-	-	-							
Total do patrimônio líquido	77.739	94.144	417.791	482.149	1.902	575	1.902	575	-	-	-	-	-							
Total do passivo e patrimônio líquido	88.279	99.082	2.937.718	2.307.822	(6.712)	33.250	(30.071)	168.579	-	-	-	-	-							
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS					DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES															
1. Contexto operacional: A Campen Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), baseada na Avenida Brigadeiro Faria Lima 2601, CEP 01452-924, Jardim Paulistano, é uma pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNAE sob o nº 6462-0/00 e tem como objetivo principal ser uma Holding de instituições não financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas, conjuntamente referidas como "Grupo" e individualmente como "controladas", descritas na Nota Explicativa nº 3.1.2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Administração em 19/08/2025. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentadas na Nota Explicativa nº4. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito					Lucro líquido do exercício															
					Controladora				Consolidado											
					2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023				
					(8.614)	32.675	(42.241)	164.728	-	-	-	-	-	-	-	-				
					-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-					
					-	-	10.268	3.276	-	-	-	-	-	-	-					
					1.902	575	1.902	575	-	-	-	-	-	-	-					
					(6.712)	33.250	(30.071)	168.579	-	-	-	-	-	-	-					
					Atribuíveis a:															
					(6.712)	33.250	(6.712)	33.250	-	-	-	-	-	-	-					
					Atribuível aos não controladores															
					-	-	(23.359)	135.329	-	-	-	-	-	-	-	-				
					nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da controladora e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é o Real. No caso das demonstrações financeiras de um grupo, deve ser enfatizado que não existe uma moeda funcional do grupo, e sim uma moeda de apresentação. Cada entidade incluída nas demonstrações financeiras consolidadas tem sua própria moeda funcional, que deve ser convertida para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.															
A DIRETORIA					Ana Paula Salvador de Aguiar da Costa - Contadora - CRC nº 1SP-228.935/0-8															
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS																				
Aos Administradores e Acionistas da Campen Investimentos e Participações S.A. e Controladas. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Campen Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Campen Investimentos e Participações S.A. em 31/12/2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2023: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2023 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 25/06/2024, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações,																				
ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação																				
geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 19/08/2025.																				
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Hudson Souza Martins																				
Auditores Independentes Ltda. Contador																				
CRC nº 2 SP 011609/0-8 CRC nº 1 SP 280390/0-2																				

It's Seg Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.332/0001-82

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022				
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Circulante	54.689	45.355	88.063	62.935
Caixa e equivalentes de caixa	6.686	13.735	24.883	19.984
Aplicações financeiras	–	1.902	–	1.902
Contas a receber de clientes	34.089	17.831	46.793	27.728
Impostos e contribuições a recuperar	3.587	2.919	4.125	3.349
Outros ativos circulantes	10.327	8.967	12.261	9.972
Não Circulante	811.395	509.054	720.978	443.975
Realizável a longo prazo	78.200	13.117	78.221	13.117
Outros ativos não circulantes	741	–	752	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	77.458	13.117	77.469	–
Investimento em controladas	369.616	324.562	–	13.117
Imobilizado	3.434	3.702	4.415	5.008
Ativos de direito de uso de arrendamento	306	966	700	1.498
Intangível	359.840	166.707	637.641	424.353
Total do Ativo	866.084	554.409	809.040	506.911
Passivo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Circulante	37.191	70.564	54.017	84.572
Fornecedores	9.098	7.948	15.143	10.910
Obrigações trabalhistas	7.327	5.505	11.824	9.159
Impostos e contribuições a recolher	5.917	3.743	11.003	7.447
Empréstimos e financiamentos	11.508	43.341	11.508	43.341
Passivo de arrendamento	307	1.061	702	1.564
Outras obrigações	3.034	8.967	3.837	12.151
Não Circulante	286.575	96.245	212.157	34.209
Impostos e contribuições a recolher	337	611	1.066	2.101
Passivo de arrendamento	–	189	–	334
Outras obrigações	30.616	20.956	32.556	19.648
Empréstimos e financiamentos	9.022	12.125	9.022	12.125
Empréstimos com partes relacionadas	246.601	62.364	169.513	–
Total do Passivo	323.766	166.810	266.173	118.781
Patrimônio Líquido				
Capital social	658.913	490.076	658.913	490.076
Reserva de capital	–	16.050	–	16.050
Prejuízos acumulados	(116.596)	(118.527)	(116.596)	(118.527)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	542.317	387.599	542.317	387.599
Participações não controladoras	–	–	550	530
Total do patrimônio líquido	542.317	387.599	542.867	388.129
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	866.084	554.409	809.040	506.911
Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(14.119)	(45.807)	(14.099)	(45.795)
Depreciação e amortização	29.935	15.163	32.248	17.610
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.880)	(3.910)	7.337	(3.910)
Perda na baixa de ativo imobilizado/ativos de direito de uso de arrendamento	–	(226)	–	(375)
Resultado na aquisição de investimentos – Reversão passivo contingente	(41.150)	(3.369)	(41.150)	(3.369)
Provisão de juros sobre debêntures	–	3.954	–	3.954
Atualização de passivo contingente (earn out)	–	6.014	–	6.014
Juros sobre passivo de arrendamento	(39)	39	18	132
Juros Investimento	5.176	–	5.176	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	4.644	–	4.644	–
Variação Cambial Investimento	(9.225)	–	(9.225)	–
Provisão para contingências	5.024	200	5.074	351
Redução ao valor recuperável – ágio	49.105	8.843	49.105	8.843
Phantom Shares e SOP	–	3.293	–	3.293
Baixas contábeis	–	382	296	1.384
Provisão para perdas de crédito esperadas em contas a receber de clientes	3.251	–	6.003	–
Resultado de equivalência patrimonial	(13.946)	(23.655)	–	–
Resultado ajustado	14.776	(39.077)	45.427	(11.866)
Variação nos ativos e passivos				
(Aumento)/redução de aplicações financeiras	1.902	17.686	1.902	21.972
(Aumento)/redução de contas a receber de clientes	(19.508)	(10.753)	(25.068)	(13.548)
(Aumento)/redução de impostos a recuperar	(190)	(1.460)	(1.126)	(612)
(Aumento)/redução de outros ativos	(11.250)	(2.738)	(3.041)	(3.027)
Aumento/(redução) de fornecedores	1.150	5.080	4.232	1.162
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas	1.823	47	2.665	(612)
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	1.709	1.268	(8.071)	9.380
Aumento/(redução) de empréstimos e adiantamentos	–	10.784	–	–
Aumento/(redução) de outras obrigações	(54.781)	22.589	(15.206)	18.677
Aumento/(redução) de investimentos	14.395	–	4.853	–
Aumento/(redução) de passivo arrendamento	1.495	–	2.600	–
Pagamento de IR e CS	–	–	–	(8.432)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	(48.479)	3.426	9.167	13.093
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Pagamento de passivo contingente (earn out)	(4.812)	(43.569)	(43.569)	(43.569)
Aquisição de investimentos	–	(27.353)	–	(27.353)
Aquisição de imobilizado	(2.150)	(750)	(3.159)	(803)
Aquisição do intangível	(4)	(16.632)	(4.193)	(17.631)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(6.966)	(84.304)	(50.920)	(89.356)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento/integralização de capital	30.867	181.136	30.867	181.136
Aquisição de empréstimos	–	9.000	(320)	9.000
Amortização de empréstimos	(34.404)	(90.583)	(34.411)	(90.583)
Pagamento de juros de empréstimo	(5.176)	(23.528)	(5.176)	(23.528)
Empréstimos Intercompany	–	–	–	–
Passivo de arrendamento	–	(1.080)	–	(1.822)
Pagamento Arrendamentos	(2.399)	–	(3.815)	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(11.112)	74.945	(12.855)	74.203
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(66.557)	(9.534)	(54.609)	(2.060)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(66.557)	(9.534)	(54.609)	(2.060)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.735	19.669	19.984	22.044
Caixa e equivalentes de caixa incorporação Acrisure	59.508	–	59.508	–
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.686	13.735	24.883	19.984

Diretoria		Contador	
Thomaz Luiz Cabral de Menezes – Diretor Presidente		Fabiana Cavalcante – CRC: 1SP 345.880/O-4	
Lucas Vilas Boas Arruda – Diretor-Financeiro			

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da IT'SSEG Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício anterior: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da reclassificação de saldos do exercício anterior, divulgadas na nota explicativa nº 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório do auditor datado de 22 de março de 2023, sem modificação. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre os referidos ajustes e/ou sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 tomadas em conjunto, que estão sendo reapresentadas como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Adicionalmente, a Companhia não contratou o auditor independente antecessor para auditar os referidos ajustes divulgados na nota explicativa nº 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Consequentemente, os ajustes divulgados na referida nota explicativa não foram auditados por nós, nem por outros auditores independentes. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de setembro de 2024

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011.609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236.588/O-4

Deloitte.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

5,3355 / R\$ 5,3361 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,3160 / R\$ 5,3180 *

Turismo - R\$ 5,3422 /

R\$ 5,5222

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio

livre mercado

no dia: -0,25%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 8722;0,29%

Pontos: 156.522

Volume financeiro:

R\$ 23,911 bilhões

Maiores altas:

Cogna ON (9,65%),

CVC Brasil ON (4,81%),

Auren Energia (4,69%)

Maiores baixas:

MBRF Global Foods ON

(-7,34%),

HapVida ON (-5,11%),

Banco do Brasil ON

(-2,53%)

S&P 500 (Nova York):

-0,83%

Dow Jones (Nova York):

-1,07%

Nasdaq (Nova York):

-1,21%

CAC 40 (Paris): -1,86%

Dax 30 (Frankfurt):

-1,74%

Financial 100

(Londres): -1,27%

Nikkei 225

(Tóquio): -3,22%

Hang Seng

(Hong Kong): -1,72%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,81%

CSI 300

(Xangai e Shenzhen):

-0,65%

Merval (Buenos Aires):

0,2%

IPC (México): -0,48%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Outubro 2024: 0,56%

Novembro 2024: 0,39%

Dezembro 2024: 0,52%

Janeiro 2025: 0,16%

Fevereiro 2025: 1,31%

Março 2025: 0,56%

Abril 2025: 0,43%

Maio 2025: 0,26%

Junho 2025: 0,24%

Julho 2025: 0,26%

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

Outubro 2025: 0,09%

Bitcoin ensaia recupe- ração e sobe, retomando patamar acima de US\$ 90 mil

O bitcoin e outras criptomoedas importantes operaram em leve alta nesta terça-feira, 18, em recuperação após cair abaixo do patamar de US\$ 90 mil. Com a retomada da publicação de dados econômicos após o fim do shutdown, o mercado aguarda um direcionamento de política monetária mais clara.

Por volta das 17 horas (em Brasília), o bitcoin tinha alta de 1,37%, a US\$ 93.188,74 e o ethereum subia 5,34%, a US\$ 3.146,61, de acordo com a plataforma Coinbase.

O FxPro aponta que o mercado cripto atingiu o nível mais baixo desde o início de maio, sendo pressionado pelas principais moedas, o bitcoin, ethereum e XRP. Com as quedas registradas durante a madrugada, o BTC atingiu o valor de US\$ 89.253,78, o menor valor desde abril deste ano, em uma baixa de cerca de 30% da máxima histórica registrada no mês passado acima de US\$ 126 mil.

O movimento dos ativos digitais aconteceu em linha com a deterioração do sentimento de risco também observada nos mercados acionários globais, em meio a temores de sobrevalorização de empresas de tecnologia.

No começo da tarde, porém, o ativo digital passou a operar com sinal positivo, ensaiando recuperação. Para a analista da ActivTrades, Carolane de Palmas, o bitcoin deve permanecer vulnerável à volatilidades contínuas caso o direcionamento do Federal Reserve (Fed) permaneça sem clareza. Hoje, dados de auxílio-desemprego foram publicados, além de índices de construção e indústria. O payroll, relatório de emprego, deve ser divulgado na quinta-feira.

IstoÉDinheiro

IT’SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.332/0001-82

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	42.236	54.689	87.192	88.062
Caixa e equivalentes de caixa	7.138	6.686	27.699	24.883
Contas a receber de clientes	33.215	34.089	57.185	46.793
Impostos e contribuições a recuperar	209	3.587	209	4.125
Outros ativos circulantes	1.674	10.327	2.099	12.261
Não Circulante	838.715	811.395	700.520	720.977
Realizável a longo prazo	72.320	78.199	72.387	78.221
Outros ativos não circulantes	741	741	768	752
Impostos e contribuições a recuperar	9.453	–	9.493	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	62.126	77.458	62.126	77.469
Investimento em controladas	437.532	369.616	–	–
Imobilizado	3.418	3.434	4.658	4.415
Ativos de direito de uso de arrendamento	7.001	306	9.528	700
Intangível	318.444	359.840	613.947	637.641
Total do Ativo	880.951	866.084	787.712	809.039

Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante	35.909	37.191	49.773	54.016
Fornecedores	2.940	9.098	3.977	15.142
Obrigações trabalhistas	8.849	7.327	12.714	11.824
Impostos e contribuições a recolher	7.601	5.917	13.891	11.003
Empréstimos e financiamentos	9.022	11.508	9.022	11.508
Passivo de arrendamento	2.825	307	4.023	702
Outras obrigações	4.672	3.034	6.146	3.837
Não Circulante	394.699	296.034	286.553	221.615
Impostos e contribuições a recolher	–	337	–	1.066
Passivo de arrendamento	4.384	–	5.801	–
Outras obrigações	14.422	5.015	16.443	6.955
Obrigações com aquisições	23.298	25.601	23.298	25.601
Empréstimos e financiamentos	–	9.022	–	9.022
Empréstimos com partes relacionadas	352.595	256.059	241.011	178.971
Total do Passivo	430.608	333.225	336.326	275.631

Patrimônio Líquido

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Capital social	732.568	658.913	732.568	658.913
Prejuízos acumulados	(282.225)	(126.054)	(282.225)	(126.054)
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora	450.343	532.859	450.343	532.859
Participações não controladoras	–	–	1.043	549
Total do Patrimônio Líquido	450.343	532.859	451.386	533.408

Demonstrações do Resultado Abrangente Individual e Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado Abrangente Total do Exercício	(155.971)	(23.577)	(155.477)	(23.558)
Resultado Abrangente Total Atribuído a:				
- Acionistas Controladores	–	–	(155.971)	(23.577)
- Participações não controladoras	–	–	494	19

Prejuízo do Exercício (155.971) (23.577) (155.477) (23.558)
Outros Resultados Abrangentes – – – –
Resultado Abrangente Total do Exercício (155.971) (23.577) (155.477) (23.558)
Resultado Abrangente Total Atribuído a:
- Acionistas Controladores – – (155.971) (23.577)
- Participações não controladoras – – 494 19

Thomaz Luiz Cabral de Menezes Diretor	Lucas Vilas Boas Arruda Diretor Financeiro	Thamiris Cristina de Jesus Oliveira Contadora CRC-1SP 303.389/O-9
---	--	---

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da IT’SSEG Corretora de Seguros S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da IT’SSEG Corretora de Seguros S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da IT’SSEG Corretora de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Reapresentação das Demonstrações Financeiras: Chamamos a atenção à nota explicativa nº 2.5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de um erro no cálculo da variação cambial de um contrato de empréstimo que afeta todas as peças contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em 10 de setembro de 2024, emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que ora estão sendo reapresentadas. Consequentemente, nosso novo relatório, que substitui o anterior, não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora e Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	490.076	16.050	(118.527)	387.599
Aumento de capital	30.867	–	–	30.867
Incorporação controladora – Acrisure	137.970	–	–	137.970
Utilização da reserva de capital	–	(16.050)	–	–
Prejuízo do exercício (reapresentado)	–	–	(23.577)	19
Saldos em 31 de dezembro de 2023	658.913	–	(126.054)	532.859
Aumento de capital	73.655	–	–	73.655
Distribuição Dividendos	–	–	(200)	–
Prejuízo do exercício	–	–	(155.971)	(155.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	732.568	–	(282.225)	450.343

Demonstrações do Resultado Individual e Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto valores por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita líquida de prestação de serviços	121.756	106.500	245.446	206.367
Custos dos serviços prestados	(67.121)	(54.037)	(109.669)	(95.655)
Custos comerciais	(7.543)	(6.574)	(14.685)	(11.992)
Custos com pessoal	(59.578)	(47.463)	(94.984)	(83.663)
Lucro operacional bruto	54.635	52.463	135.777	110.712

Receitas (despesas) operacionais

Resultado de equivalência patrimonial	39.127	13.946	–	–
Despesas com pessoal	(18.974)	(17.475)	(21.951)	(19.720)
Despesas administrativas e gerais	(29.029)	(19.748)	(36.494)	(28.066)
Depreciações e amortizações	(43.075)	(29.935)	(45.993)	(33.218)
Outras despesas operacionais, líquidas	(82.558)	(11.789)	(97.975)	(31.318)
Prejuízo antes do resultado financeiro	(79.874)	(12.538)	(66.636)	(1.610)
Resultado financeiro líquido	(64.465)	(14.919)	(63.295)	(14.611)
Receitas financeiras	1.542	4.028	3.877	5.240
Despesas financeiras	(66.007)	(18.947)	(67.172)	(19.851)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(144.339)	(27.457)	(129.931)	(16.221)
Imposto de renda e contribuição social	(11.632)	3.880	(25.546)	(7.337)
Prejuízo do exercício	(155.971)	(23.577)	(155.477)	(23.558)
Prejuízo do exercício atribuível a:				
- Acionistas Controladores	–	–	(155.971)	(23.577)
- Participações não controladoras	–	–	494	19
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação	–	–	–	–
Quantidade de ações ordinárias	1.387.353.516	933.452.930	–	–
Prejuízo por ação (em reais – R\$) básico e diluído	(0,112)	(0,025)	–	–

de venda de 100% da Companhia para a Acrisure Brasil Participações Ltda. (“Acrisure Brasil”), uma empresa do Grupo Acrisure Holdings, INC. Atualmente, a Acrisure é um dos maiores players globais do mercado de corretoras de seguros e já há algum tempo tinha intenção de continuar sua expansão internacional na América Latina, em especial no Brasil. A Acrisure já está presente em diversos países, tais como EUA, Canadá, Bermudas, Itália, Espanha, Inglaterra e outros.

- D&O (do inglês Directors & Officers), assegura diretores, administradores, conselheiros e gerentes de empresas quando responsabilizados, judicial ou administrativamente, por decisões que causaram danos a terceiros.
- E&O (Responsabilidade Civil Profissional ou Erros & Omissões), tem como objetivo proteger contra danos e prejuízos causados por falhas no exercício da profissão.
- FAP: Fator Acidentário de prevenção. É um multiplicador calculado pelo estabelecimento, que varia de 0,5 a 2,0 a ser aplicado sobre as alíquotas de 1%, 2% ou 3% da tarifação coletiva por subclasse econômica, incidentes sobre a folha de salários das empresas para custear aposentadorias especiais e benefícios decorrentes de acidentes de trabalho. Sempre calculado sobre os dois últimos anos de todo o histórico de accidentalidade e de registros da Previdência Social.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – Base de preparação e declaração de conformidade:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Companhia e de suas controladas. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 23 de julho de 2025.

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe

	Controladora e Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldos em 31 de dezembro de 2022	490.076	16.050	(118.527)	387.599
Aumento de capital	30.867	–	–	30.867
Incorporação controladora – Acrisure	137.970	–	–	137.970
Utilização da reserva de capital	–	(16.050)	–	–
Prejuízo do exercício (reapresentado)	–	–	(23.577)	19
Saldos em 31 de dezembro de 2023	658.913	–	(126.054)	532.859
Aumento de capital	73.655	–	–	73.655
Distribuição Dividendos	–	–	(200)	–
Prejuízo do exercício	–	–	(155.971)	(155.477)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	732.568	–	(282.225)	450.343

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais e Consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(155.971)	(23.577)	(155.477)	(23.558)
Depreciação e amortização	43.075	29.935	45.993	33.218
Imposto de renda e contribuição social	11.632	(3.880)	25.546	7.337
Resultado na aquisição de investimentos – Reversão passivo contingente	400	(41.150)	400	(41.150)
Atualização de passivo contingente (earn out)	793	–	793	–
Juros sobre passivo de arrendamento	531	(39)	772	18
Juros empréstimo com parte relacionada	10.167	5.176	10.494	5.176
Juros sobre empréstimos e financiamentos	2.233	4.644	2.233	4.644
Variação cambial empréstimo com parte relacionada	51.546	233	51.546	233
Provisão para contingências	395	5.024	106	5.075
Redução ao valor recuperável – ágio	58.965	49.105	58.965	49.105
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	1.747	3.251	2.205	6.003
Resultado de equivalência patrimonial	(39.127)	(13.946)	–	–
Outros ajustes sem efeito caixa	(618)	–	(4.381)	(674)
Resultado ajustado	(14.232)	14.776	39.195	45.427
Variação nos ativos e passivos (Aumento)/redução de aplicações financeiras	–	1.902	–	1.902
(Aumento)/redução de contas a receber de clientes	(873)	(19.508)	(8.166)	(25.068)
(Aumento)/redução de impostos a recuperar	(2.375)	(190)	(15.571)	(1.126)
(Aumento)/redução de outros ativos	776	(11.250)	2.060	(3.041)
Aumento/(redução) de fornecedores	(6.158)	1.150	(11.165)	4.232
Aumento/(redução) de obrigações trabalhistas	1.522	1.823	890	2.665
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	1.027	1.709	(10.343)	(8.071)
Aumento/(redução) de outras obrigações	12.885	(54.781)	13.926	(15.206)
Aumento/(redução) de investimentos	–	14.395	–	4.853
Aumento/(redução) de outros passivos	(199)	–	–	–
Aumento/(redução) de passivo arrendamento	–	1.495	–	2.600
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(7.627)	(48.479)	10.826	9.167
Pagamento de IR e CS	320	–	12.165	–
Pagamento de juros de empréstimo	(2.339)	(5.176)	(2.339)	(5.176)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(9.646)	(53.655)	20.652	3.991

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Pagamento de passivo contingente (earn out)	–	(4.812)	–	(43.569)
Aquisição de investimentos	(39.358)	–	–	–
Aquisição de imobilizado	(963)	(2.150)	(1.542)	(3.159)
Aquisição do intangível	(6.504)	(4)	(37.751)	(4.193)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(46.825)	(6.966)	(39.293)	(50.921)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento/integração de capital	65.465	30.867	52.434	30.867
Pagamento de passivo contingente (earn out)	(26.794)	–	(26.794)	–
Aquisição de empréstimos	–	–	–	(320)
Amortização de empréstimos	(11.402)	(34.404)	(11.402)	(34.41

FINANÇAS

Ibovespa segue em leve baixa com aversão global a risco, aos 156,5 mil pontos



O Ibovespa teve mais um dia de pausa, esboçando em boa parte da sessão tendência a uma moderada realização de lucros após a recente série de recordes, mas conservando a linha dos 156 mil pontos, em leve baixa de 0,30% no fechamento. Nesta terça-feira, 18, o índice oscilou entre 155.833,67 e 157.039,89 pontos na máxima (+0,03%) à tarde, após abertura aos 156.990,43 pontos, que permanecia como o pico do dia até o meio da etapa vespertina. Ao fim, o Ibovespa marcava 156.522,13 pontos, com giro financeiro a R\$ 24,0 bilhões. Na semana, cede 0,95% e, no mês,

acumula ganho de 4,67%. No ano, sobe 30,13%.

Entre as principais ações, apenas as de Petrobras (ON sem variação no fechamento; PN +0,33%) conseguiram evitar o sinal negativo, amparadas pela recuperação nas cotações do petróleo, em alta na casa de 1% em Londres e Nova York na sessão – mas ambas as ações perderam sustentação no ajuste final. Principal papel do Ibovespa, Vale ON caiu 0,31% e, entre os maiores bancos, as perdas nesta terça ficaram entre 0,21% (Santander Unit) e 2,76% (Banco do Brasil ON, na mínima do dia no encerramento). Na ponta ganhadora do Ibovespa, Cigna (+9,94%), CVC (+4,81%) e Auren

(+4,60%). No lado oposto, MBRF (-8,05%), Hapvida (-5,56%) e BB (-2,76%).

“Há expectativa para um balanço mais fraco da Nvidia, amanhã [quarta] a empresa é referência do setor de IA, nos Estados Unidos. E, na quinta-feira, o mercado aqui estará fechado no feriado da Consciência Negra e haverá dados relevantes lá fora como o payroll de setembro, nos EUA. O mercado segue em compasso de espera, sem que os investidores tomem posição, o que ajuda a entender por que o Ibovespa operou perto do zero a zero em boa parte da sessão”, diz Gabriel Mollo, analista da Daycoval Corretora.

IstoÉDinheiro

Taxas de juros futuras andam de lado em pregão sem catalisadores e de baixa liquidez

Após a forte abertura observada na segunda-feira, 17, na esteira da piora nos mercados externos de renda fixa, os juros futuros negociados na B3 operaram de lado, rondando os ajustes anteriores em boa parte do pregão desta terça-feira, 18. Sem gatilhos locais para conduzir os negócios, as oscilações das taxas foram contidas, e passaram de viés de queda para de alta na etapa final da sessão.

Segundo agentes, em um dia de liquidez reduzida com a proximidade do Feriado da Consciência Negra, nesta quinta-feira, a dinâmica comportada dos DI's seguiu o movimento do dólar, que caiu na sessão, assim como o alívio na curva dos Treasuries. No ambiente doméstico, mesmo sem novas informações, a leitura é que o quadro de descompressão da inflação e da atividade é propício ao aguardado ciclo de afrouxamento monetário.

Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 oscilou de 13,646% no ajuste de

segunda para 13,650%. O DI para janeiro de 2029 passou de 12,909% no ajuste anterior para 12,925%. O DI para janeiro de 2031 marcou 13,270%, de 13,247% no ajuste antecedente.

“Desde a semana anterior, que combinou a divulgação da ata do Copom e do IPCA de outubro, os DI's têm se movimentado pouco, e nesta terça foi mais um pregão com essa característica”, disse André Muller, economista-chefe da AZ Quest Investimentos. “Tanto aqui quanto lá fora, não há muitos elementos que justifiquem uma grande movimentação”, completou.

Para Muller, a dinâmica benigna dos dados inflacionários mais recentes, assim como o enfraquecimento mais visível da atividade, tem gerado convicção de que o ciclo de redução da Selic está próximo. No cenário da gestora, o Comitê de Política Monetária (Copom) vai dar início aos cortes em janeiro, com um ajuste de 50 pontos-base. “O mercado já tem mais segurança sobre a ocorrência disso do que há duas semanas”.

IstoÉDinheiro

Dólar tem leve queda apesar de aversão ao risco no exterior



Após trocas de sinal pela manhã e no início da tarde desta terça-feira, 18, o dólar se firmou em leve baixa nas últimas horas da sessão, com menor aversão ao risco no exterior e virada do petróleo para o campo positivo. Divisas emergentes pares do real também se apreciaram ao longo da segunda etapa de negócios, com destaque para o peso colombiano.

Com máxima de 5,3457 e mínima de R\$ 5,3156, na reta final do pregão, o dólar à vista fechou em queda de 0,25%, a R\$ 5,3176. A moeda americana acumula desvalorização de 1,17% em novembro, após ter avançado 1,08% em outubro. No ano, o dólar apresenta baixa de 13,96% em relação

ao real, que tem o segundo melhor desempenho entre divisas latino-americanas, atrás do peso colombiano.

Operadores ressaltam que o dólar se mantém acima da linha de R\$ 5,30 em razão do ambiente de cautela no exterior, com investidores à espera de dados represados da economia americana, em especial o relatório de emprego (payroll) de setembro na quinta-feira, 20. Temores de uma correção aguda nos preços das ações de big techs, na véspera da divulgação dos resultados da Nvidia, estrela do setor de Inteligência Artificial (IA), também inibem o apetite ao risco. O head da mesa de câmbio e internacional da Mirae Asset Brasil, Jonathan Joo Lee, observa que, ape-

sar do estresse doméstico provocado pela liquidação do Banco Master, o mercado de câmbio local operou alinhado ao ambiente externo, com investidores ponderando as chances de o Federal Reserve cortar os juros em dezembro.

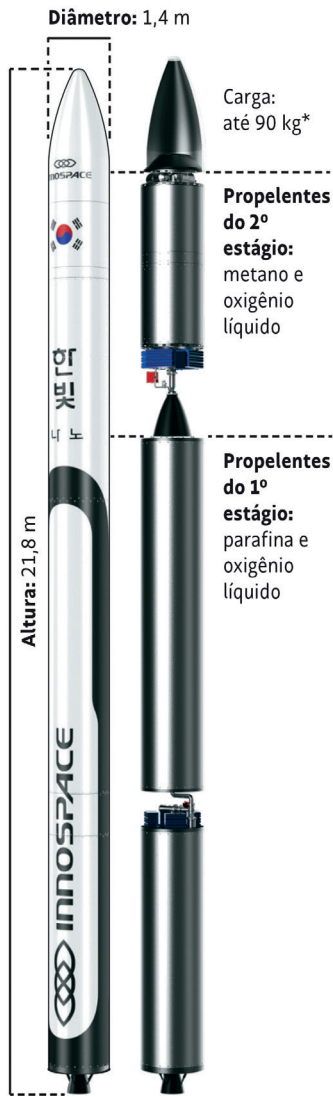
“A crescente preocupação com uma possível bolha no setor de inteligência artificial ampliou a volatilidade das bolsas americanas e elevou a aversão ao risco, o que se refletiu em picos de alta do dólar entre 11h45 e 13h, interrompendo momentaneamente a tendência de valorização da moeda brasileira”, observa Joo Lee, que destaca a leitura do relatório ADP semanal sinalizando arrefecimento do mercado de trabalho nos EUA.

IstoÉDinheiro

GRÁFICOS INFORMATIVOS

1º lançamento de um foguete comercial à órbita no Brasil

Hanbit-Nano, da Innospace



* capacidade a partir de Alcântara

Comparação com o VSL-1

O Veículo Lançador de Satélites (VLS-1) foi um projeto brasileiro para um foguete de classe orbital. Fez três tentativas de lançamento em Alcântara (1997, 1999 e 2003), a última com um incêndio dias antes da decolagem



Carga do voo

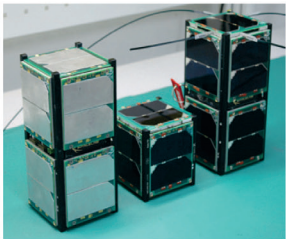


Pion-BR2

Satélite com mensagens de alunos da rede pública. Desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Agência Espacial Brasileira (AEB), Pnud e Pion

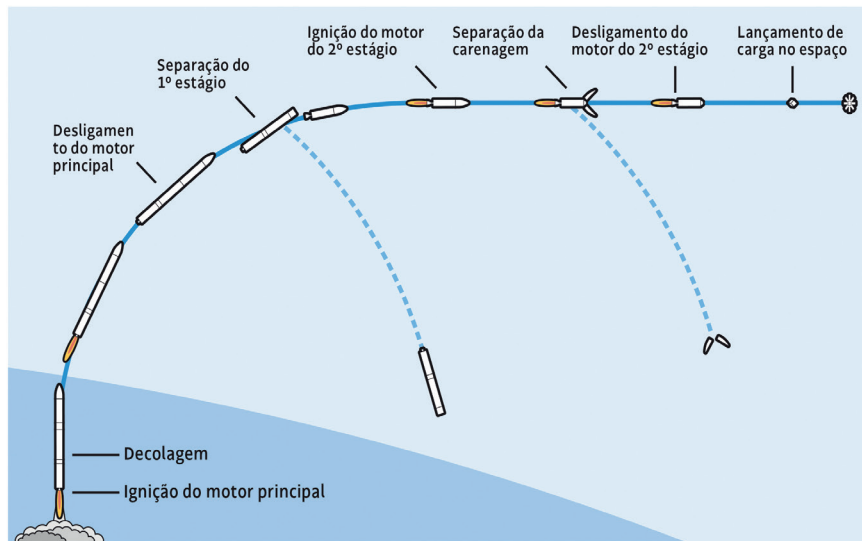
Jussara-K

Satélite de coleta de dados ambientais em regiões de difícil acesso. Criado pela UFMA em parceria com startups e instituições nacionais



FloripaSat-2A e FloripaSat-2B
Satélites para validar tecnologias desenvolvidas pelo SpaceLab da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

O voo até o espaço



Sistema de Navegação Inercial

Equipamento de controle de foguete, enviado como carga útil para teste de desempenho. Desenvolvido por meio de encomenda da AEB em parceria com Concert Space, Cron e Horuseye Tech

Pina-FD

Sistema executa algoritmo de navegação, embarcado pela Castro Leite Consultoria (CLC). A empresa também participa da missão com outro equipamento

Solaras-S2

Módulo de comunicação para observação da atividade solar. Desenvolvido pela empresa indiana Grahha Space

Fontes: Innospace e FAB

Local do lançamento

Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)



Raio-X do Gripen E



10 minutos

é o tempo em solo para rearmar e reabastecer (missão de defesa aérea) com 5 militares



500 m

Distância mínima para decolar



600 m

Distância mínima para pousar

Dimensões



Velocidade máxima: Mach 2

Altitude máxima: 16 mil m

Carga bélica:

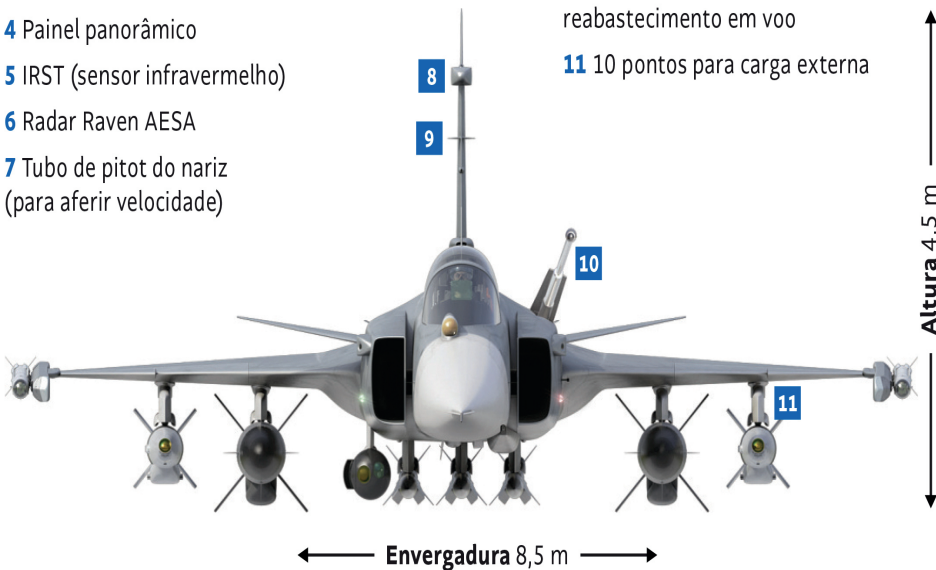
10 pontos de carga, 5,3 t em armas

Peso vazio: 8 t

Peso máximo de decolagem: 16,5 t

- 1 Motor GE F414G (EUA)
- 2 Antena VHF (comunicação)
- 3 Visor Head-Up
- 4 Painel panorâmico
- 5 IRST (sensor infravermelho)
- 6 Radar Raven AESA
- 7 Tubo de pitot do nariz (para aferir velocidade)

- 8 Antena VHF/UHF (comunicação)
- 9 Antena ILS (pouso por instrumento)
- 10 Sonda retrátil para reabastecimento em voo
- 11 10 pontos para carga externa



Infografia Luciano Veronezi
Fonte: Gino Marcomini/Saab

DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Marcopolo: ações saltam mais de 4% com anúncio de dividendos após dias difíceis



As ações da Marcopolo (POMO4), que acumulam perdas desde a divulgação dos resultados do 3º trimestre no final de outubro, subiam forte nesta terça-feira (18), impulsionadas pelo anúncio de uma significativa distribuição de proventos. A companhia comunicou o pagamento de R\$ 0,78 por ação, o que resulta em um rendimento (yield) implícito de aproximadamente 11%. Às 10h55, os papéis da companhia subia 4,55%, a R\$ 7,35.

O time de análise da XP considera o anúncio positivo por diversos motivos. Segundo a corretora, a confortável posição financeira da empresa permite a continuidade dos pagamentos futuros. A Marcopolo deve-

rá encerrar 2025 com uma posição de caixa líquida de R\$ 330 milhões, ou dívida líquida de R\$ 400 milhões, se o dividendo de hoje for incluído, o que implicaria em uma relação dívida líquida/EBITDA de aproximadamente 0,3 a 0,4 vez.

Para a XP, a distribuição sinaliza que a Marcopolo poderá distribuir um dividendo acima de sua política mínima de aproximadamente 50% e reforça a ausência de grandes mudanças na alocação de capital no horizonte.

Em termos de avaliação, a XP destaca que a recente queda nas ações oferece um ponto de entrada atraente em Marcopolo, em meio a um posicionamento potencialmente mais leve e níveis de avaliação convincentes,

com rendimento de dividendos de aproximadamente 9% e P/L (Preço sobre Lucro) de aproximadamente 6,0 vezes para 2026.

O Bradesco BBI também destaca que a distribuição anunciada representa um rendimento de 11,1% com base no preço de fechamento de ontem. Como destacado anteriormente, o banco acredita que os dividendos mais altos podem impulsionar as ações da empresa.

Historicamente, o índice de distribuição de dividendos da Marcopolo tem girado em torno de 50%, mas com o anúncio de hoje, sobe para 118%, segundo estimativas do BBI. Para referência, no 3º trimestre de 2025, a relação dívida líquida/EBITDA da empresa era de 0,05 vezes.

Infomoney

Uber e 99 se juntam para voltar com 'mototáxi' em dezembro em SP

Uber e 99 voltarão a atuar com "mototáxi" em São Paulo. Após uma batalha judicial, a Prefeitura tinha uma data para criar regras. Prestes a acabar o prazo, as companhias sugerem regulamentação.

"Mototáxi" volta a São Paulo no dia 11 de dezembro, segundo as empresas. A data é um pouco depois do prazo estabelecido pelo TJ-SP para que Prefeitura crie regras para a categoria. O anúncio foi feito nesta terça-feira (18) conjuntamente pelas duas empresas.

"Mais de 70 dias se passaram e não vimos nenhuma iniciativa da Prefeitura de São Paulo em regulamentar. Por isso, estamos nos organizando para voltar o serviço na cidade. Mesmo assim, seguimos à disposição para dialogar com o poder público", afirma Ricardo Ribeiro, diretor de políticas públicas da Uber no Brasil.

A Prefeitura tem até 8 de dezembro para regulamentar o "mototáxi". Caso não faça, aplicativos podem rodar sem regulamentação, conforme decisão do TJ-SP. Em setembro, o tribunal estabeleceu o prazo de 90 dias para a criação de regras para a categoria.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) trava disputa judicial com apps desde 2023. Empresas estrearam o serviço naquele ano, mas foram impedidas por um decreto. Depois, sofreram várias derrotas, inclusive no STF. Empresas voltaram a atuar no início do ano e foram banidas.

Nunes é contra a modalidade, pois há muitas mortes de motociclistas na cidade. Em 2024, houve 483 óbitos de motociclistas no trânsito, segundo dados do Detran. Para o prefeito, com a liberação do "mototáxi", há risco de "carnificina" na cidade.

Folhapress



Azzas propõe elevar limite de capital e reacende especulação sobre M&A



Azzas 2154 (AZZA3) informou que irá propor, em Assembleia Extraordinária marcada para 9 de dezembro, um aumento do limite de capital autorizado para R\$ 5 bilhões, ante os atuais R\$ 3 bilhões. Atualmente, o capital social da varejista é de cerca de R\$ 2,3 bilhões. Às 12h22 (horário de Brasília) desta terça-feira (18), as ações subiam 3,48%, a R\$ 30,05.

Segundo estimativas do JPMorgan, a dona da Arezzo teria, em tese, cerca de R\$ 2,6 bilhões a R\$ 2,7 bilhões de capacidade adicional para novas emissões, o equivalente a aproximadamente 45% do valor de mercado da companhia aos preços atuais.

A proposta busca dar à administração maior flexibilidade financeira e espaço para eventuais necessidades futuras de capital. Ainda assim, o movimento não era esperado, e o JPMorgan avalia que o mercado pode interpretar que a Azzas estaria abrindo caminho para novas operações de fusões e aquisições (M&A) ou acordos de licenciamento, especialmente considerando que as tendências orgânicas têm sido fracas, com exceção da marca Farm.

Os analistas também ponderam que investidores mais céticos podem ver no gesto um sinal de que, diante dos riscos de execução ligados ao processo de integração e reorganização da companhia, a empresa

possa eventualmente precisar de reforço de capital.

Por outro lado, o JPMorgan destaca que a Azzas mantém um balanço saudável, com alavancagem de cerca de 1,5 vez dívida líquida ajustada/Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações), o que torna improvável um cenário de necessidade urgente de capitalização.

No geral, o JPMorgan acredita que a proposta pode gerar ruído para a ação. Com o papel negociado a 5,1 vezes o lucro estimado para 2026, o banco mantém recomendação overweight (exposição acima da média do mercado, equivalente à compra) e preço-alvo de R\$ 36.

Infomoney